



Mística, necessidade e lógica

Mystic, necessity and logic

Crer em Deus significa ver que os fatos do mundo não são, no fim das contas, tudo.
(Wittgenstein)

Camila Rodrigues Jourdan*

Resumo

Este artigo visa a clarificar em que medida a Lógica, no sentido mais comum e até ingênuo do termo, enquanto composta pelas leis necessárias do pensamento correto, pode ser entendida como Mística. Isso parece estranho, pois a Mística normalmente é entendida como uma vivência de superação das dualidades, onde o pensamento racional colapsa e encontra seu limite. Já a Lógica é entendida como paradigma de pensamento racional. Argumenta-se que as leis mais gerais da razão e do discurso se relacionam com a Mística na medida mesma em que o fundamento da razão é equacionado ao seu limite. A linguagem encontra-se, assim, com o silêncio e as leis e fundamentações não mais operam como tais. Conclui-se que a adesão necessária que acompanha o colapso entre o sentido e o valor de verdade de determinadas expressões linguísticas constitui o que chamamos de vivência mística. Trata-se de uma vivência a qual somos conduzidos pelo próprio funcionamento de nossa significação e, ao mesmo tempo, institui o que se compreende por experiência religiosa.

Palavras-chave: Mística. Wittgenstein. Lógica. Intensão. Extensão.

Abstract

This paper clarifies the extent to which Logic, in the usual sense (and even naïve) of the term, as composed of the correct thinking's necessary laws, can be understood as Mystic. This seems strange, because the Mystic is usually understood as an experience of overcoming the dualities, where rational thinking collapses and finds its limit. On the other hand, the logic is understood as the paradigm of rational thinking. It is argued that the most general laws of reason and speech are related to Mystic in the sense that the foundation of the reason is equated to its limit. The language lies thus with the silence and the laws and justifications no longer operate as such. We conclude that the adherence necessary that accompanies the collapse of meaning and truth value of certain linguistic utterances is what we call mystical experience. It is about an experience to which we are led by the workings of our linguistics meaning, establishing what is meant by religious experience.

Key words: Mystic. Wittgenstein. Logic. Intension. Extension.

Artigo recebido em 31 de julho de 2012 e aprovado em 29 outubro de 2012.

* Doutora em Filosofia pela PUC do Rio de Janeiro .Professora adjunta do Departamento de Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua nas áreas de Filosofia da Linguagem, Lógica e Filosofia da Matemática, com ênfase no pensamento de Wittgenstein. País de origem: Brasil. E-mail: camilajourdan@hotmail.com

Introdução

O objetivo deste artigo é abordar em que sentido a Lógica pode ser pensada como se aproximando da Mística, sem alterar o que normalmente entendemos por ambas. Trata-se, portanto, de responder a questão: o que há na Lógica capaz de provocar certa experiência de superação das dualidades? Não consideramos que deva ser assim. Ao contrário, defenderíamos, antes, caso essa fosse a questão, que a Lógica não fosse entendida como mantendo qualquer relação necessária com a Mística. Entretanto, dado que historicamente ela foi assim associada, o que almejamos analisar é: como a Lógica pôde chegar a ser entendida como Mística¹?

Apesar da estranheza, como se sabe, a Lógica e a Mística caminharam juntas desde os primórdios da história do pensamento. Já com o *pitagorismo*, a catarse mística foi associada ao prazer intelectual encontrado através da matemática. Sobre isso, Russell (1977, p. 52-53) afirmou:

Para aqueles que aprenderam relutantemente um pouco de matemática na escola isso pode parecer estranho, mas para aqueles que experimentaram o prazer penetrante do entendimento repentino que a matemática oferece, de tempos em tempos, para aqueles que a amam, a concepção pitagórica parecerá completamente natural, mesmo que inverídica. Pode parecer que o filósofo empírico é escravo daquilo que lida, mas o matemático puro, assim como o músico, é o livre criador de seu mundo de beleza ordenada. (RUSSELL, 1977, pp.52-3)

Talvez o exemplo mais explícito, textual, de afirmação dessa relação entre Mística e Lógica, seja o *Tractatus Logico-Philosophicus*, de Wittgenstein, publicado originalmente em 1921, onde encontramos, por exemplo, as seguintes afirmações:

¹ A Lógica é associada à Mística já na primeira formulação do princípio de identidade, no poema de Parmênides. Parmênides enuncia uma concepção lógico-ontológica, fundada na impossibilidade do não ser. Trata-se de uma realidade total, sem partes, que não se opõe a nada e é imutável. Em Parmênides, o Ser, Uno, unidade formal da pluralidade sensível, é equacionado ao *logos* (de onde se deriva a palavra 'lógica'), à razão, à palavra, à linguagem, a tudo que é possível, e, por isso, não se opõe a nada, já que o não Ser é impossível. De modo mais explícito, a Lógica é associada à experiência mística pela doutrina pitagórica. O pitagorismo tem suas raízes no orfismo, nas religiões de mistérios, de acordo com as quais a alma retornaria à sua origem através da libertação propiciada pelo êxtase místico. Tal êxtase seria encontrado pelos pitagóricos através do exercício intelectual matemático, que conduzia à estrutura numérica do real. Pitágoras sustentava que as coisas no mundo seriam expressões de proporções numéricas, que constituiriam a harmonia do cosmo, fundamento e princípio de tudo. Tal estrutura seria, portanto, a identidade fundamental, suposta na religião órfica, entre todos os seres. Por meio da influência do pitagorismo no platonismo, tal associação é mantida na teoria das formas. Como se sabe, Platão sustenta que contemplamos as *formas abstratas* do real e tivemos uma apreensão direta, imediata delas antes de nascermos, isto é, fora do mundo e de toda experiência possível.

A “experiência” de que precisamos para entender a lógica não é a de que algo está assim e assim, mas a de que algo é: mas isso não é experiência. A lógica é anterior a toda experiência – de que algo é assim. Ela é anterior ao como, não é anterior ao quê. (WITTGENSTEIN, 1993, 5.552)
O místico não é como o mundo é, mas que é. (WITTGENSTEIN, 1993, 6.44)

Poderíamos apresentar aqui, portanto, seguindo o texto *tractatiano*, como essa relação é estabelecida ali. Mas esse seria apenas um exemplo, e, como já notamos, o que gostaríamos de mostrar é como pode ser que o próprio Wittgenstein tenha chegado a afirmar tal relação. Não nos comprometemos, aqui, com o texto wittgensteiniano. De fato, almejamos chegar independentemente à mesma conclusão que ele. Para tanto, vamos caminhar lado a lado com a abordagem *tractatiana*, uma vez que a Lógica será mostrada aproximando-se da Mística exatamente enquanto limite do que pode ser dito com sentido e de maneira contingente, ou, de modo mais geral, enquanto condição de qualquer determinação contingente, que não possa ser ela mesma determinada externamente, posto que é necessária, e, portanto, precisa ser entendida como possuindo algum tipo de ‘determinação interna’. Sendo assim, não nos comprometeremos, de modo algum, com a ontologia ou com o arcabouço conceitual *tractatiano*. O que houver de *tractatiano* na nossa apresentação seguirá de nossas análises; não será um pressuposto destas. Afinal, para mostrar como Wittgenstein pôde fazer o que ele fez, não podemos supor o que ele fez. Além disso, não tentaremos justificar, aqui, que Wittgenstein de fato manteve o que apresentaremos; nossa exposição almeja ser razoável nela mesma. Para quem conhece o *Tractatus*, a relação entre a posição apresentada e as teses de Wittgenstein será evidente; para quem não o conhece, tal relação seria completamente inútil. A principal razão dessa opção de abordagem é tornar este artigo menos comprometido com o estudo de Wittgenstein e mais comprometido com as questões tratadas. Sendo assim, o texto será, também, menos árduo em pressupostos e mais acessível ao não iniciado no assunto. Apesar disso, partiremos de um vocabulário básico, de uma dualidade inicial, que nos será concedida como paradigmática: a dualidade – e relação inversa – estabelecida entre a intensão e a extensão de nossos conceitos; e entre a Semântica e a Verdade

de nossas proposições. Nosso desenvolvimento pode, então, ser resumido como se segue. Primeiramente, explicaremos o que é a relação inversa entre o âmbito extensional e intensional. Em seguida, defenderemos que deve haver um ponto onde intensão e extensão (conteúdo e verdade) colapsam e onde não é mais possível isolá-las. A partir disso, sustentaremos que a Lógica e, de modo mais abrangente, todo âmbito necessário da linguagem podem ser entendidos como consistindo exatamente em tal colapso (entre conteúdo e verdade). Ao mesmo tempo, esse colapso está associado à base da experiência religiosa humana e constitui o que se convencionou denominar 'Mística'. Sendo assim, se a Lógica e, mais genericamente, a necessidade pressuposta pela significação são entendidas como apresentadas, a Mística é associada a tal necessidade e pode mesmo ser reduzida a ela.

1 Intensão e extensão

Iniciaremos, aqui, com a conhecida distinção avançada já na Lógica aristotélica a partir da relação entre o âmbito extensional e intensional, presentes em nossa linguagem e cognição. Aristóteles identifica uma muito importante relação de inversão entre extensão e intensão, entendendo o primeiro âmbito como constituído pelos indivíduos (casos) que caem sob determinado conceito, e o segundo como sendo a condição (regra) que deveria ser satisfeita por estes. Podemos dizer, portanto, que se tratam, por um lado, das classes e, por outro, dos conceitos ou das referências denotadas e do conteúdo semântico. A inversão complementar entre o âmbito extensional e o âmbito intensional poderia ser descrita da seguinte forma: se do ponto de vista da extensão, a classe 'homem' está dentro da classe 'mortal'; do ponto de vista da intensão, é a mortalidade que compõe, semanticamente, o conceito homem (ou, dito de modo mais palatável, o conceito de homem tem como *nota* a mortalidade). Do ponto de vista extensional, partimos de indivíduos para classes; mas, do ponto de vista intensional,

procedemos sempre ao contrário. A relação entre conceitos ‘cresce’ à medida que a relação entre classes ‘diminui’. Isso significa que a extensão diminui à medida que a intensão cresce, e vice-versa. Uma condição de aplicação delimita mais indivíduos se é menos restrita, e delimita menos indivíduos se é mais restrita. ‘Homem’ delimita menos indivíduos e diz mais que ‘Animal’, por exemplo. Enquanto, por seu turno, ‘Mortal’ delimita mais indivíduos e diz menos do que ‘Homem’, desde que é uma nota do conceito ‘Homem’. ‘Cadeira’ delimita menos indivíduos do que ‘Objeto’, entretanto, delimita mais condições de aplicação e é exatamente por isso que delimita menos indivíduos. Sendo assim, e isso é mesmo bastante intuitivo, quanto mais se diz intensionalmente, menos se delimita extensionalmente; e quanto mais se delimita extensionalmente, menos se diz com isso semanticamente. Essa dualidade estabelecida do ponto de vista das categorias repete-se do ponto de vista das asserções (juízos ou proposições). O que significa mesmo dizer ser essa uma dualidade cujas relações constituem toda nossa cognição e linguagem.

Do ponto de vista das proposições, a extensão corresponde à verdade e a intensão à Semântica. Sendo assim, a relação de inversão se mantém nos seguintes termos: quanto maior a possibilidade de verdade, menor sentido é delimitado por uma proposição. Novamente, quanto mais se diz, menos se delimita do ponto de vista extensional, e quanto mais se delimita do ponto de vista extensional, menos se diz. Exemplos intuitivos, aqui, também não faltam: ‘chove’ delimita menos condições de verdade e diz mais sobre o mundo que pretende representar do que ‘chove ou neva’, entretanto, e por isso mesmo, esta última afirmação tem maior possibilidade de ser verdadeira. ‘João é um homem’ tem mais chance de ser verdadeira do que ‘João é um homem inglês’, entretanto, certamente esta última afirmação nos informa mais sobre João do que a primeira. Isso se relaciona obviamente com a concepção tradicional de sentido determinado por condições de verdade: quanto mais condições de verdade são delimitadas, menos sentido é asserido.

2 O colapso

Segue-se do acima exposto que, se todas as condições de verdade possíveis forem preenchidas, a suposta proposição em questão não terá sentido algum. Se a determinação semântica cresce enquanto a possibilidade de verdade diminui (assim como a intensão cresce enquanto a extensão diminui), e vice-versa, isto é, a intensão diminui à medida que a possibilidade de verdade cresce, dado a relação complementar entre esses âmbitos, como normalmente ocorre com variáveis interdependentes, segue-se do próprio arcabouço conceitual em questão que: *deve existir um âmbito onde a extensão é infinita e a intensão é nula ou onde a verdade é certa (necessária) e o sentido é vazio*. Se a verdade é total, o conteúdo é zero, e, assim, ambas as noções são esvaziadas. Do mesmo modo, a noção de singularidade aparece como um lado desse mesmo colapso, com extensão única e intensão infinita. Nesses casos limites, tal dualidade, aparentemente constitutiva do pensamento racional e da possibilidade de significação, é sumariamente suprimida. Convém lembrar que a necessidade desse caso limite, de tal supressão da dualidade, é introduzida ao mesmo tempo (e de modo fundante) à própria dualidade: não há pensamento racional sem seu limite.

Com isso, tal como gostaríamos de defender, encontra-se ao mesmo tempo o que se entende tradicionalmente por Mística (a supressão das dualidades constitutivas do pensamento racional) e a base da significação linguística. Parece que esse âmbito de supressão, ainda que possa ser, em alguma medida, tido como inatingível pela cognição, deve também ser mesmo suposto como um limite para todas as demais determinações contingentes que a relação inversa entre Semântica e verdade supostamente estabelece. Algo seria dito, ou delimitado com sentido sempre em função de tal relação, a partir da qual haveria um âmbito fundamental onde nada mais seria dito. Se nós dizemos mais quando delimitamos menos, e dizemos menos quando delimitamos mais, deve haver um âmbito limite onde *não dizemos nada por delimitarmos tudo ou dizemos tudo por não delimitarmos nada*. Parece-nos ainda que, se não houvesse tal âmbito, nada poderia mesmo ser

jamais delimitado e, portanto, dito. Há, sem dúvida, uma beleza sedutora nesse raciocínio simples, que parece apontar, talvez da única maneira permitida à finitude humana, por meio da significação, para algo que tentadoramente chamamos sem receios de *absoluto* ou de *indeterminado*. Se todas as nossas determinações contingentes (para o que ocorre, é dito ou pensado) são estabelecidas por relações entre Semântica e Verdade, parece preciso haver um âmbito onde estas colapsam, e que determina com necessidade todas as combinações possíveis. Esse seria, mesmo em uma abordagem deflacionária, o âmbito das regras necessárias à determinação semântica. Assim, de dentro da própria contingência humana, a necessidade do que a ultrapassa parece dever ser mostrada.

3 A lógica

Voltemo-nos, agora mais detidamente, à Lógica. Na Lógica, o âmbito onde não dizemos nada por delimitarmos tudo consiste nas tautologias. Já o âmbito onde dizemos tudo por não delimitarmos absolutamente nada consiste na trivialidade resultante das contradições. Na tautologia, todas as condições de verdade são delimitadas, por isso, o seu sentido é vazio. O que, aliás, é expresso pela própria etimologia da palavra, compreendida como ‘repetição do que foi dito’. Como as leis lógicas são passíveis de redução às tautologias, elas *delimitariam tudo possível*, de modo necessário e, por isso mesmo, sem asserir sentido algum². A verdade lógica não exclui, assim, nenhuma possibilidade genuína, sua negação (sua falsidade) é uma contradição. A contradição seria impossível, não seria verdadeira em nenhuma combinação de valores de verdade, pois afirmaria e negaria o mesmo

² Esse ponto foi, certamente, bem desenvolvido na abordagem de Wittgenstein. Uma proposição seria uma verdade lógica quando exclui apenas o impossível, e, por isso, mostra o limite do possível. Uma tautologia seria verdadeira em qualquer combinação possível de valores de verdade ou, dito de outro modo, em qualquer mundo possível (por exemplo: ‘se chove, logo chove’ é uma proposição que não diz nada, mas é verdadeira esteja ou não chovendo). “Na tautologia, as condições de concordância com o mundo (as condições de verdade) – as relações de representação – se cancelam umas às outras, então, ela não está em qualquer relação de representação com a realidade (diz nada)” (WITTGENSTEIN, 1979a, p.24) Já a negação de uma tautologia seria sempre uma contradição (por exemplo: se não é o caso que ‘se chove, logo chove’ então ‘chove e não chove’, que tenta dizer tudo e é falso em qualquer circunstância). Tautologias e contradições remeteriam, assim, umas às outras e mostrariam o limite lógico do possível.

e, tentando dizer tudo, não excluiria nada, isto é, não determinaria nenhuma informação.

É, portanto, no sentido mais tradicional que a Lógica, enquanto composta por leis fundamentais do raciocínio, universalmente válidas e necessárias, pode ser entendida como o âmbito no qual se dá o mencionado colapso entre extensão e intensão. É exatamente no sentido no qual a Lógica é composta por princípios inquestionáveis, tais como a lei da identidade e o princípio de não contradição, por exemplo, princípios que se afirmam mesmo ao ser negados e cuja verdade, por isso mesmo, não precisa e não pode ser justificada ou comprovada, mas se reconhece na própria formulação, que a Lógica consiste no âmbito limite, onde a verdade é certa (necessária) e o sentido é vazio, ou seja, onde não existem mais condições de verdade independentes da Semântica, e onde o que é dito colapsa com aquilo pelo que o que é dito é dito, no próprio símbolo. As leis lógicas, assim, não se oporiam a nenhuma determinação externa, mas, à medida que tivessem aplicação absoluta, não poderia haver nenhuma determinação que a elas se opusesse, elas seriam ‘determinadas internamente’ porque o oposto delas seria o impossível, o que significa o mesmo que dizer que não haveria oposto para elas, desde que estas constituiriam, ou expressariam, o fundamento absoluto de todas as determinações possíveis.

Se o sentido delimita condições de verdade dentro de um conjunto predeterminado de possibilidades, de tal modo que, quanto mais condições são delimitadas, menos se diz, é à medida que a Lógica diz respeito ao próprio conjunto das possibilidades, que ela é ao mesmo tempo necessária e vazia. Não podemos recortar o próprio espaço no qual fazemos recortes. Quais recortes nós teríamos se tentássemos dizer todas as combinações possíveis? Se o espaço das combinações possíveis diz respeito a tudo o que pode ocorrer, e cada ocorrido ou dito é definido por um recorte nele, o próprio espaço não pode ocorrer ou ser dito, desde que não pode ser recortado em lugar algum, afinal, por definição, não está em outro espaço

onde pudéssemos recortá-lo. Assim, ele apenas se mostra como limite dos recortes possíveis. Esse limite seria, desse ponto de vista, constituído pelas leis da Lógica: princípios verdadeiros em todas as combinações de valores de verdade possíveis. Assim, é também de dentro das nossas próprias asserções contingentes que as leis necessárias que as regulam seriam mostradas, enquanto limite das combinações de verdade possíveis.

4 A mística

Cumprido, agora, mostrar que isso compõe, em grande medida, a compreensão do que seja a Mística. A Mística refere-se justamente ao âmbito do que é fundamental, a partir do que o que quer que seja pode ser determinado, e que só pode ser determinado a partir de si mesmo, desde que não há nada fora. Daí a ideia de que não é exatamente determinado, mas que *se mostra* diretamente em tudo mais que é determinado contingentemente, como um limite dessas determinações. Trata-se daquilo que determina a possibilidade de tudo o que pode ocorrer contingentemente, mas que não tem uma possibilidade anterior e, por isso, não é determinado externamente e não é contingente. A Mística é a pura atualização, a pura Verdade e, ao mesmo tempo, a pura potência, a pura possibilidade. Sobre isso, tomemos a seguinte afirmação de Echkhart (apud DE BONI, 2000, p. 300): “Ato e potência são divisões da universalidade do ser criado. O ser, porém, é o ato primeiro, e, portanto, a primeira divisão. Entretanto, em Deus, não há divisão”. Ora, se a *intensão* é entendida como sendo o conteúdo asserido, e a *extensão* aquilo que por meio do conteúdo é asserido, à medida que nos deparamos com um colapso entre esses âmbitos, não temos mais uma independência entre eles. Isso se aproxima bastante do que encontramos nos relatos mais tradicionais relativos às experiências religiosas fundamentais: a superação da divergência entre a contingência das determinações factuais e o sentido da vida, que, necessariamente, ultrapassa e delimita os fatos. A experiência mística seria uma experiência de algo que nos ultrapassa, que está para além do mundo contingente e da vida, que é, ao mesmo tempo, fundamento inquestionável

deste mundo, e que o reúne com o *seu sentido*, aquilo que a nada se opõe. Trata-se de algo que não pode ser de outro modo e que determina tudo que pode ser e que pode não ser. Exatamente como Nicolau de Cusa afirmou sobre Deus:

Somente é princípio o que não possui nada anterior ou mais potente. Só a potência, que gera uma igualdade exata de si mesma não pode ser maior, porque une tudo em si. [...] aquele poder que nada tem de mais potente ou de anterior é o princípio onipotente. De fato, existe antes do ser e do não-ser, pois nada é, se não pudesse ser; e nem não é, se não pudesse não ser.” (CUSA apud DE BONI, 2000, p. 412)

Ora, isso é o que o primeiro Wittgenstein nos diz sobre a Lógica: “Para que uma proposição seja verdadeira, deve primeiro e primordialmente ser capaz de verdade, e isso é tudo o que concerne à Lógica” (WITTGENSTEIN, 1979a, p. 20). Se a experiência mística é entendida como uma experiência de contato direto com esse *absoluto determinado sem determinação externa*, a forma suprema de alcançar Deus para além das dualidades impostas pelo conhecimento racional trata-se do âmbito de superação das oposições, ao mesmo tempo inexprimível pela linguagem e inalcançável pela razão. Nas inegavelmente belas palavras de Pseudo-Dionísio Aeropagita (apud DE BONI, 2000, p. 70): “Nas contemplações místicas despoja-se tanto do que é quanto do que não é, para que possas elevar-te, na medida do possível, à união na ignorância com aquele que transcende todo ser e toda ciência”.

O que se encontra no âmbito necessário da determinação do sentido linguístico é, em grande medida, o que sempre se chamou de Mística. E, gostaríamos mesmo de dizer: a linguagem nos leva a supô-la. Se o que é próprio à experiência mística é não haver mais conteúdo independente à verdade, é uma adesão inquestionável e também inexplicável, ao mesmo tempo que o oposto aparece como impensável justamente porque nada é excluído (nada fica de fora), o que é próprio à mística é a necessidade suposta pela significação linguística. Mestre Eckhart (apud DE BONI, 2000, p. 298) afirma em *O mistério insondável de Deus*: “Só Deus produz as coisas no ser, porque só nele o ser e o pensar são idênticos”. No âmbito contingente, haveria uma separação entre o pensamento, o

conceber *em princípio*, o significar, e a existência factual: pensamos coisas que não existem, temos primeiro o sentido e depois podemos comprovar a verdade ou a falsidade. Mas Deus é o âmbito no qual o sentido é já a verdade, pois o pensar é igual ao ser e, assim, o ato é equivalente ao princípio. Ora, por meio do colapso descrito, é justamente isso o que encontramos: o conteúdo é equacionado àquilo ao que se aplica. Não temos, nesse caso, conteúdo, e uma verificação independente da proposição, que determinaria sua verdade. A determinação é já a verdade plena, não temos separadamente um objeto e uma condição sob a qual ele cai ou não.

6.1261 Na lógica, processo e resultado são equivalentes (Por isso, nenhuma surpresa).

6.1264 A proposição com sentido enuncia algo e sua demonstração mostra que assim é; na lógica; toda proposição é a forma de uma demonstração. [...]

6.1265 Sempre se pode entender a lógica de tal modo que toda proposição seja sua própria demonstração. (WITTGENSTEIN, 1993)

Temos, portanto, aqui, a forma da revelação religiosa: a verdade é imediata, o objeto em questão é já apreendido como tal, desde que não há o objeto e a condição de possibilidade para sua aplicação separadamente. À medida que a necessidade da Lógica nada exclui, sua ausência de oposições externas, impossibilidade de negação e determinação interna parece ter o mesmo sentido atribuído à plenitude divina:

5.5563 De fato, todas as proposições de nossa linguagem corrente estão logicamente, assim como estão, em perfeita ordem. O que há de mais simples, que nos cumpre aqui especificar, não é um símile de verdade, mas a própria verdade plena. (WITTGENSTEIN, 1993)

O Um é um negar do negar. Todas as criaturas trazem em si uma negação: uma nega ser a outra. [...] Deus, porém, tem um negar: nega todo o outro, pois nada é fora de Deus. Todas as criaturas são em Deus e são a sua própria divindade, e isto significa a plenitude. (ECHKHART apud DE BONI, 2000, p.302)

Deus, assim como a necessidade lógica, justamente por sua plenitude e ausência de determinações externas, não diz respeito ao âmbito da existência factual contingente que se opõe às outras determinações possíveis:

Quem acredita que conheceu a Deus e com isto teria conhecido alguma coisa, este não conheceu coisa alguma. Quando, porém, eu disse que Deus

não é nenhum ser que está acima do ser, com isso, eu não lhe neguei o ser, mas pelo contrário elevei nele o ser. (ECHKHART apud DE BONI, 2000, p.306).

5.552 A “experiência” de que precisamos para entender a lógica não é a de que algo está assim e assim, mas a de algo *é*: mas isso não é experiência. A lógica é anterior a toda experiência – de que algo é assim. Ela é anterior ao como, não é anterior ao quê. (WITTGENSTEIN, 1993).

Se isso é correto, se Deus está lá onde se encontra a necessidade, tratar a necessidade inerente à determinação linguística por meio de uma teoria descritiva de alguma realidade superior equivale a tratar Deus como um *ser transcendente*, um ente no mesmo modelo de nossas existências limitadas, apesar de ilimitado. Não podemos deixar de mencionar que as conclusões de Wittgenstein e de Pseudo-Dionísio nesse ponto são bem próximas. Wittgenstein diz:

4.12 A proposição pode representar toda a realidade, mas não pode representar o que deve ter em comum com a realidade para poder representá-la – a forma lógica. Para podermos representar a forma lógica, deveríamos poder-nos instalar, com a proposição, fora da lógica, quer dizer, fora do mundo.

5.61 A lógica preenche o mundo: os limites do mundo são também seus limites. Na lógica, portanto, não podemos dizer: há no mundo isso e isso, aquilo não.

Isso aparentemente pressuporia que excluímos certas possibilidades, o que não pode ser o caso, pois, do contrário, a lógica deveria ultrapassar os limites do mundo: como se pudesse observar esses limites também do outro lado. [...]

6.11 As proposições da lógica, portanto, não dizem nada.

6.123 É claro: as leis lógicas não podem, por sua vez, subordinar-se a leis lógicas.

6.13 A lógica não é uma teoria, mas uma imagem especular do mundo. (WITTGENSTEIN, 1993)

E em *A teologia mística* encontramos:

[...] que diremos daqueles que, ainda menos iniciados, definem como causa transcendente de todas as coisas a algum ser dos que ocupam os lugares ínfimos, e dizem que tal causa não é em nada superior às ímpias imagens de inumeráveis formas que eles inventam, quando com relação a ela todas as afirmações sobre os seres deveriam ser-lhe atribuídas, pois, ela é razão de todos, e dela tudo, no mais rigoroso sentido, deveria ser negado, pois ela está acima de todo ser; e, contudo, não se deve crer que as negações, com relação a ela, opõem-se às afirmações, mas que ela permanece em si perfeitamente superior a tudo, pois se situa acima de qualquer limite, tanto da afirmação como da negação. (PSEUDO-DIONÍSIO, 2000, p.70)

Neste sentido, tratar-se-ia de confundir o estatuto necessário de Deus com o estatuto de uma ocorrência factual contingente, que exclui sua negação.

Conclusão

Podemos agora, finalmente, responder a questão proposta: em que sentido a Lógica, enquanto responsável pela própria determinação da Semântica, pode se relacionar com a Mística, enquanto o âmbito onde o raciocínio e a linguagem colapsam? Ora, exatamente ali onde, nas palavras de Pseudo-Dionísio (2004, p. 129), a mais resplandecente luz torna-se trevas e a determinação do sentido nada diz.

[997 A] § 1 - Trindade supra-essencial e mais que divina e mais que boa, tu que presides à divina sabedoria cristã, conduze-nos não só para além de toda luz, mas até além do incognoscível, ao mais alto cume das escrituras místicas, lá onde os mistérios simples, absolutos [997 B] e incorruptíveis da teologia se revelam na Treva mais luminosa do Silêncio: é no Silêncio, com efeito, que se prendem os segredos desta Treva da qual é muito pouco afirmar que brilha com a mais resplandecente luz no seio da mais negra obscuridade, e que, permanecendo inteiramente ela mesma perfeitamente intangível e perfeitamente invisível, enche de esplendores mais belos que a beleza as inteligências que sabem fechar os olhos. (PSEUDO-DIONÍSIO, 2004, p.129)

A Teologia Mística de Pseudo-Dionísio é apresentada exatamente como uma união com Deus, que está além de todo conhecimento, de todo conceito e de toda palavra. Essa união é uma saída do âmbito do conhecimento racional, a luz divina é tão forte que nos deixa no escuro. Porém, nessa escuridão nos unimos a Deus, fazendo desaparecer a própria dualidade entre o que se conhece e aquele que conhece. Nada é excluído, nada pode fazer sombra à luz divina. Quanto mais esclarecemos algo, quanto mais condições de verdade são delimitadas, menos dizemos com isso; no limite da luz absoluta, todas as condições reveladas, não há mais sombra que nos permita por contraste visualizar o que quer que seja. Logo, a luz total equivale às trevas, nas quais nada mais é delimitado, nem, portanto, dito. Assim, somos conduzidos ao silêncio nos limites do mundo.

Percebe-se a solução do problema da vida no desaparecimento desse problema. (Não é por essa razão que as pessoas as quais, após longas dúvidas, o sentido da vida se fez claro não se tornaram capazes de dizer em que consiste esse sentido?) (WITTGENSTEIN, 1921, 6.521)
 Deve sobrepujar estas proposições, e então verá o mundo corretamente (WITTGENSTEIN, 1993, 6.54)

De modo mais geral, na certeza inquestionável e na adesão necessária, que acompanha o colapso entre a Verdade e a Semântica de nossas expressões linguísticas (tal como argumentamos no item 2 deste artigo), podemos situar aquilo que chamamos de experiência mística. Essa experiência limite, à qual somos levados pelo próprio funcionamento de nossa significação, seria, assim, a forma constitutiva da experiência religiosa. Quando a adesão é necessária, mas não somos capazes de dizer o que nos obriga. A experiência, não de que algo está assim, mas de que não pode ser de outro modo, o dever absoluto, internamente determinado, em relação ao qual não podemos determinar ou justificar adicionalmente o que nos obriga³. Se isso é correto, não apenas a Lógica, mas a Matemática e a determinação da Semântica em geral podem ser considerados âmbitos fundamentalmente religiosos⁴.

Ainda que – contrariamente ao que defendeu Wittgenstein no *Tractatus*, mas de acordo com o que defendeu o filósofo na fase tardia de seu pensamento – não haja um limite absoluto nas leis lógicas para a determinação do que pode ser dito com sentido, o funcionamento do âmbito necessário da linguagem possui as características da determinação interna e da impossibilidade de justificação.

³ As condições de verdade e de falsidade não são nem verdadeiras nem falsas, tal como o valor em si não possui um valor. “Eu me sinto tentado a usar expressões como ‘bem absoluto’, ‘valor absoluto’, e ‘segurança absoluta’. Eu sei que, ao fazer isso, eu estou querendo ir além do mundo, exatamente como no caso em que verbalizo o meu espanto diante da existência do mundo (e não pela existência dessa ou daquela coisa) como o interesse pelo ‘bem’ (e não por este ou aquele objeto de valor) ou pela ‘segurança’. Todos esses interesses surgem da mesma vontade de transcender o mundo e os limites da linguagem. Toda a minha tendência de ir além do mundo é a de todos os homens que jamais tentaram escrever ou falar da ética ou da religião. A ética, à medida que surge do desejo de dizer algo sobre o sentido último da vida, o bem absoluto, o valor absoluto, não pode ser ciência. Mas, documenta uma tendência humana que eu não posso deixar de respeitar profundamente e que por nada no mundo exporia ao ridículo” (WITTGENSTEIN, 1929, p. 4).

⁴ Essa não é, certamente, a posição defendida por Wittgenstein no *Tractatus*, mas a compreensão da experiência religiosa por meio da necessidade suposta pelo âmbito normativo da linguagem pode ser mantida tendo em vista nossas análises, aqui, e o desenvolvimento posterior da Filosofia de Wittgenstein. Nesse sentido, citamos duas observações sobre a matemática que expressam a supressão das dualidades mencionadas: “Não pode haver possibilidade e atualidade na matemática. Está tudo em um nível [...]” (WITTGENSTEIN, 1974, II, VII, 40) “Em matemática não existem, primeiro, proposições que têm sentido por si mesmas e, segundo, um método para determinar a verdade ou falsidade de proposições; existe apenas um método, e o que é chamado uma proposição é apenas um nome abreviado para o método” (WITTGENSTEIN, 1979b, I, p. 33).

Mesmo sem um limite último estabelecido pela Lógica, o âmbito necessário da linguagem continua sendo aquele no qual as dualidades próprias à descrição de um evento são elididas, onde ato e potência colidem e onde Verdade e Semântica, intensão e extensão, supõem-se mutuamente. Se apenas supondo essas dualidades, em relação inversa, funciona a significação, a linguagem introduz o que chamamos de ‘Mística’.

REFERÊNCIAS

- DE BONI, L. A. **Filosofia medieval**: textos. Porto Alegre: EDPUCRS, 2000.
- MICHELETTI, M. **Filosofia analítica da religião**. Trad.: José Afonso Beraldin. São Paulo: Loyola, 2002.
- PSEUDO-DIONÍSIO, O Areopagita. **Obra Completa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- RUSSELL, B. **Mysticism and logic and other essays**. Watford: Taylor, Garnet, & Evans, 1917.
- RUSSELL, B. **História da Filosofia Ocidental**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1977.
- WITTGENSTEIN, L. **A lecture on ethics**. London: Cambridge, 1929.
- WITTGENSTEIN, L. **Ludwig Wittgenstein and the Vienna Circle**: conversations recordations by Friedrich Waismann. Oxford: Blackwell, 1979.
- WITTGENSTEIN, L. **Notebooks 1914-1916**. Chicago: Chicago University Press, 1979.
- WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Grammar**. Organizado por R. Rhees. Oxford: Blackwell, 1974.
- WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. (1921) Tradução, apresentação, e estudo introdutório: Luiz Henrique Lopes dos Santos. Introdução: Bertrand Russel. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.